Este texto constitui um instrumento de documentação e não tem qualquer efeito jurídico. As Instituições da União não assumem qualquer responsabilidade pelo respetivo conteúdo. As versões dos atos relevantes que fazem fé, incluindo os respetivos preâmbulos, são as publicadas no Jornal Oficial da União Europeia e encontram-se disponíveis no EUR-Lex. É possível aceder diretamente a esses textos oficiais através das ligações incluídas no presente documento

#### REGULAMENTO DE EXECUÇÃO (UE) 2016/759 DA COMISSÃO

de 28 de abril de 2016

que estabelece listas de países terceiros, partes de países terceiros e territórios a partir dos quais os Estados-Membros devem autorizar a introdução na União de determinados produtos de origem animal destinados ao consumo humano, define requisitos relativos aos certificados, altera o Regulamento (CE) n.º 2074/2005 e revoga a Decisão 2003/812/CE

(Texto relevante para efeitos do EEE)

(JO L 126 de 14.5.2016, p. 13)

#### Alterado por:

<u>B</u>

Jornal Oficial

n.° página data

▶<u>M1</u> Regulamento de Execução (UE) 2016/1793 da Comissão de 10 de L 274 48 11.10.2016 outubro de 2016

#### Retificado por:

►C1 Retificação, JO L 238 de 6.9.2016, p. 11 (2016/759)

# REGULAMENTO DE EXECUÇÃO (UE) 2016/759 DA COMISSÃO

#### de 28 de abril de 2016

que estabelece listas de países terceiros, partes de países terceiros e territórios a partir dos quais os Estados-Membros devem autorizar a introdução na União de determinados produtos de origem animal destinados ao consumo humano, define requisitos relativos aos certificados, altera o Regulamento (CE) n.º 2074/2005 e revoga a Decisão 2003/812/CE

(Texto relevante para efeitos do EEE)

#### CAPÍTULO 1

#### IMPORTAÇÕES DE CERTOS PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL

#### Artigo 1.º

#### Listas de países terceiros, partes de países terceiros e territórios

Os países terceiros, partes de países terceiros e territórios a partir dos quais os Estados-Membros devem autorizar a importação dos seguintes produtos de origem animal destinados ao consumo humano estão indicados nas partes pertinentes do anexo I:

- a) coxas de rã, parte I;
- b) caracóis, parte II;
- c) gelatina e colagénio, parte III;
- d) matérias-primas para a produção de gelatina e colagénio, parte IV;
- e) matérias-primas tratadas para a produção de gelatina e colagénio, parte V;
- f) mel, geleia real e outros produtos da apicultura, parte VI;
- g) os seguintes produtos altamente refinados, parte VII:
  - i) sulfato de condroitina,
  - ii) ácido hialurónico,
  - iii) outros produtos cartilaginosos hidrolisados,
  - iv) quitosano,
  - v) glucosamina,
  - vi) coalho,
  - vii) ictiocola,
  - viii) aminoácidos autorizados como aditivos alimentares em conformidade com o Regulamento (CE) n.º 1333/2008 do Parlamento Europeu e do Conselho (¹).

## Artigo 2.º

#### Modelos de certificados

1. Os modelos de certificados para as importações na União dos produtos referidos no artigo 1.º são estabelecidos no anexo II do seguinte modo:

Regulamento (CE) n.º 1333/2008 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de dezembro de 2008, relativo aos aditivos alimentares (JO L 354 de 31.12.2008, p. 16).

- a) coxas de rã, parte I;
- b) caracóis, parte II;
- c) gelatina, parte III;
- d) colagénio, parte IV;
- e) matérias-primas para a produção de gelatina e colagénio, parte V;
- f) matérias-primas tratadas para a produção de gelatina e colagénio, parte VI;
- g) mel, geleia real e outros produtos da apicultura, parte VII;
- h) os seguintes produtos altamente refinados, parte VIII:
  - i) sulfato de condroitina,
  - ii) ácido hialurónico,
  - iii) outros produtos cartilaginosos hidrolisados,
  - iv) quitosano,
  - v) glucosamina,
  - vi) coalho,
  - vii) ictiocola,
  - viii) aminoácidos autorizados como aditivos alimentares em conformidade com o Regulamento (CE) n.º 1333/2008.

Esses certificados devem ser preenchidos em conformidade com as notas explicativas que figuram no anexo IV e as notas do respetivo certificado.

2. Pode recorrer-se à certificação eletrónica e a outros sistemas acordados entre a União e o país terceiro em causa.

#### CAPÍTULO 2

## TRÂNSITO DE CERTOS PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL

## Artigo 3.º

#### Listas de países terceiros, partes de países terceiros e territórios

Os países terceiros, partes de países terceiros e territórios a partir dos quais os Estados-Membros devem autorizar o trânsito, através da União, de matérias-primas e de matérias-primas tratadas para a produção de gelatina e colagénio destinados ao consumo humano, com destino a um país terceiro, em trânsito imediato ou após armazenagem na União, em conformidade com o artigo 12.º, n.º 4, e o artigo 13.º da Diretiva 97/78/CE do Conselho (¹), constam, respetivamente, das partes IV e V do anexo I do presente regulamento.

<sup>(</sup>¹) Diretiva 97/78/CE do Conselho, de 18 de dezembro de 1997, que fixa os princípios relativos à organização dos controlos veterinários dos produtos provenientes de países terceiros introduzidos na Comunidade (JO L 24 de 30.1.1998, p. 9).

#### Artigo 4.º

#### Modelo de certificado

 O modelo de certificado para o trânsito através da União das matérias-primas e das matérias-primas tratadas referidas no artigo 3.º é estabelecido no anexo III.

Este certificado deve ser preenchido em conformidade com as notas que figuram no anexo IV e no modelo de certificado pertinente.

2. Pode recorrer-se à certificação eletrónica e a outros sistemas harmonizados a nível da União.

#### Artigo 5.º

# Derrogação aplicável ao trânsito através da Letónia, da Lituânia e da Polónia

- 1. Em derrogação do artigo 3.º, é autorizado o trânsito rodoviário ou ferroviário entre os postos de inspeção fronteiriços designados específicos na Letónia, na Lituânia e na Polónia, enumerados e assinalados com a observação especial 13 no anexo I da Decisão 2009/821/CE da Comissão (¹), de remessas das matérias-primas ou das matérias-primas tratadas referidas no artigo 3.º do presente regulamento provenientes da Rússia ou com destino a esse país, diretamente ou através de outro país terceiro, desde que se cumpram as seguintes condições:
- a) a remessa seja selada com um selo com número de série pelo veterinário oficial do posto de inspeção fronteiriço de entrada;
- b) os documentos que acompanham a remessa, em conformidade com o artigo 7.º da Diretiva 97/78/CE, sejam carimbados com a menção «Apenas para trânsito para a Rússia através da UE» em cada página pelo veterinário oficial do posto de inspeção fronteiriço de entrada;
- c) sejam cumpridas as exigências processuais previstas no artigo 11.º da Diretiva 97/78/CE;
- d) a remessa seja certificada, no documento veterinário comum de entrada emitido pelo veterinário oficial do posto de inspeção fronteiriço de entrada, como aceitável para trânsito.
- 2. As remessas referidas no n.º 1 não podem ser descarregadas ou armazenadas, como referido no artigo 12.º, n.º 4, ou no artigo 13.º da Diretiva 97/78/CE, no território da União.
- 3. As autoridades competentes devem efetuar auditorias periódicas no sentido de garantir que o número de remessas referidas no n.º 1 e as quantidades correspondentes de produtos que saem da União correspondem ao número e às quantidades que foram introduzidas na União.

<sup>(</sup>¹) Decisão 2009/821/CE da Comissão, de 28 de setembro de 2009, que estabelece uma lista de postos de inspeção fronteiriços aprovados, prevê certas regras aplicáveis às inspeções efetuadas pelos peritos veterinários da Comissão e determina as unidades veterinárias no sistema Traces (JO L 296 de 12.11.2009, p. 1).

#### CAPÍTULO 3

#### DISPOSIÇÕES FINAIS

Artigo 6.º

#### Alteração

O anexo VI do Regulamento (CE) n.º 2074/2005 é alterado do seguinte modo:

- 1) Na secção I, são suprimidos os capítulos I, II, III e VI.
- 2) São suprimidos os apêndices I, II, III e VI.

Artigo 7.º

#### Revogação

É revogada a Decisão 2003/812/CE.

Artigo 8.º

#### Disposições transitórias

As remessas de produtos de origem animal relativamente às quais os certificados pertinentes foram emitidos em conformidade com o Regulamento (CE) n.º 2074/2005 podem continuar a ser introduzidas na União desde que o certificado tenha sido assinado antes de 3 de dezembro de 2016.

## Artigo 9.º

#### Entrada em vigor

O presente regulamento entra em vigor no vigésimo dia seguinte ao da sua publicação no *Jornal Oficial da União Europeia*.

O presente regulamento é obrigatório em todos os seus elementos e diretamente aplicável em todos os Estados-Membros.

#### ANEXO I

Listas de países terceiros, partes de países terceiros e territórios a que se refere o artigo 1.º

#### PARTE I

#### COXAS DE RÃ

Países terceiros e territórios enumerados na coluna «Países» do anexo II da Decisão 2006/766/CE, exceto aqueles relativamente aos quais se menciona uma restrição na coluna «Restrições» do referido anexo, e os seguintes países ou territórios:

CÓDIGO ISO DO PAÍS	PAÍS/TERRITÓRIO	
MK (*)	antiga República jugoslava da Macedónia	

<sup>(\*)</sup> Antiga República jugoslava da Macedónia; código provisório que não presume, de forma alguma, da nomenclatura definitiva a aplicar a este país, que será objeto de acordo após a conclusão das negociações a este respeito atualmente em curso nas Nações Unidas.

# PARTE II

#### **CARACÓIS**

Países terceiros e territórios enumerados na coluna «Países» do anexo II da Decisão 2006/766/CE, exceto aqueles relativamente aos quais se menciona uma restrição na coluna «Restrições» do referido anexo, e os seguintes países/territórios:

CÓDIGO ISO DO PAÍS	PAÍS/TERRITÓRIO
MD	Moldávia
MK (*)	antiga República jugoslava da Macedónia
SY	Síria

<sup>(\*)</sup> Antiga República jugoslava da Macedónia; código provisório que não presume, de forma alguma, da nomenclatura definitiva a aplicar a este país, que será objeto de acordo após a conclusão das negociações a este respeito atualmente em curso nas Nações Unidas.

#### PARTE III

#### GELATINA E COLAGÉNIO DESTINADOS AO CONSUMO HUMANO

#### SECÇÃO A

Gelatina e colagénio derivados de bovinos, ovinos, caprinos, suínos e equídeos, de criação e selvagens

Países terceiros e territórios enumerados no anexo II, parte 1, coluna 1, do Regulamento (UE) n.º 206/2010 e os seguintes países ou territórios:

CÓDIGO ISO DO PAÍS	PAÍS/TERRITÓRIO
KR	República da Coreia
MY	Malásia

CÓDIGO ISO DO PAÍS	PAÍS/TERRITÓRIO
PK	Paquistão
TW	Taiwan

## **▼**<u>M1</u>

#### SECÇÃO B

# Gelatina e colagénio derivados de aves de capoeira, incluindo ratites e caça de penas

Países terceiros e territórios enumerados no anexo I, parte 1, coluna 1, do Regulamento (CE) n.º 798/2008 e os seguintes países ou territórios:

CÓDIGO ISO DO PAÍS	PAÍS/TERRITÓRIO
TW	Taiwan

#### **▼**<u>B</u>

## SECÇÃO C

#### Gelatina e colagénio derivados de produtos da pesca

Todos os países terceiros e territórios enumerados na coluna «Países» do anexo II da Decisão 2006/766/CE, independentemente de haver uma restrição na coluna «Restrições» do referido anexo.

# $SECÇ\~AO\ D$

# Gelatina e colagénio derivados de leporídeos e de mamíferos terrestres selvagens não referidos na secção A

Países terceiros enumerados no anexo I, parte 1, coluna 1, do Regulamento (CE)  $\rm n.^{\circ}$  119/2009.

#### PARTE IV

# MATÉRIAS-PRIMAS PARA A PRODUÇÃO DE GELATINA E COLAGÉNIO DESTINADOS AO CONSUMO HUMANO

#### SECÇÃO A

# Matérias-primas de bovinos, ovinos, caprinos, suínos e equídeos, de criação e selvagens

Países terceiros, territórios e partes destes enumerados no anexo II, parte 1, do Regulamento (UE) n.º 206/2010 a partir dos quais é autorizada a introdução na União dessa categoria de carne fresca das espécies referidas, tal como se especifica nessa parte do anexo, a menos que essa introdução seja limitada pelas garantias suplementares A ou F, como indicado na coluna 5.

#### SECÇÃO B

#### Matérias-primas de aves de capoeira, incluindo ratites e caça de penas

Países terceiros, partes de países terceiros e territórios enumerados no anexo I, parte 1, do Regulamento (CE) n.º 798/2008 a partir dos quais são autorizadas as importações de carne fresca de aves de capoeira das espécies referidas, tal como se especifica nessa parte do anexo.

## SECÇÃO C

#### Matérias-primas de produtos da pesca

Países terceiros e territórios enumerados na coluna «Países» do anexo II da Decisão 2006/766/CE sujeitos às restrições indicadas na coluna «Restrições» desse anexo.

#### SECÇÃO D

# Matérias-primas de leporídeos e mamíferos terrestres selvagens não referidos na secção A

Países terceiros enumerados no anexo I, parte 1, coluna 1, do Regulamento (CE) n.º 119/2009 a partir dos quais são autorizadas as importações de carne fresca das espécies referidas, tal como se especifica nessa parte do anexo.

#### PARTE V

#### MATÉRIAS-PRIMAS TRATADAS PARA A PRODUÇÃO DE GELATINA E COLAGÉNIO DESTINADOS AO CONSUMO HUMANO

#### SECÇÃO A

# Matérias-primas tratadas de bovinos, ovinos, caprinos, suínos e equídeos, de criação e selvagens

Países terceiros e territórios e respetivas partes enumerados no anexo II, parte 1, coluna 1, do Regulamento (UE) n.º 206/2010 e os seguintes países ou territórios:

CÓDIGO ISO DO PAÍS	PAÍS/TERRITÓRIO
KR	República da Coreia
MY	Malásia
PK	Paquistão
TW	Taiwan

#### **▼** M1

#### SECÇÃO B

# Matérias-primas tratadas de aves de capoeira, incluindo ratites e caça de penas

Países terceiros e territórios enumerados no anexo I, parte 1, coluna 1, do Regulamento (CE) n.º 798/2008 e os seguintes países ou territórios:

CÓDIGO ISO DO PAÍS	PAÍS/TERRITÓRIO
TW	Taiwan

## **▼**B

#### SECÇÃO C

## Matérias-primas tratadas de produtos da pesca

Todos os países terceiros e territórios enumerados na coluna «Países» do anexo II da Decisão 2006/766/CE, independentemente de haver uma restrição na coluna «Restrições» do referido anexo.

## SECÇÃO D

# Matérias-primas tratadas de leporídeos e mamíferos terrestres selvagens não referidos na secção A

Países terceiros enumerados no anexo I, parte 1, coluna 1, do Regulamento (CE) n.º 119/2009.

# SECÇÃO E

Matérias-primas tratadas referidas no anexo III, secção XIV, capítulo I, ponto 4, alínea b), subalínea iii), e secção XV, capítulo I, ponto 4, alínea b), subalínea iii), do Regulamento (CE) n.º 853/2004

Países terceiros, partes de países terceiros e territórios referidos na parte IV do presente anexo.

#### PARTE VI

# MEL, GELEIA REAL E OUTROS PRODUTOS DA APICULTURA DESTINADOS AO CONSUMO HUMANO

Países terceiros e territórios enumerados na coluna «Países» do anexo da Decisão 2011/163/UE da Comissão (¹) e marcados com um «X» na coluna «Mel» desse anexo.

#### PARTE VII

SULFATO DE CONDROITINA, ÁCIDO HIALURÓNICO, OUTROS PRODUTOS CARTILAGINOSOS HIDROLISADOS, QUITOSANO, GLUCOSAMINA, COALHO, ICTIOCOLA E AMINOÁCIDOS ALTAMENTE REFINADOS DESTINADOS AO CONSUMO HUMANO

a) No caso de matérias-primas derivadas de ungulados, incluindo equídeos, países terceiros e territórios enumerados no anexo II, parte 1, coluna 1, do Regulamento (UE) n.º 206/2010 e os seguintes países ou territórios:

CÓDIGO ISO DO PAÍS	PAÍS/TERRITÓRIO
KR	República da Coreia
MY	Malásia
PK	Paquistão
TW	Taiwan

- b) No caso de matérias-primas derivadas de produtos da pesca, todos os países terceiros e territórios enumerados na coluna «Países» do anexo II da Decisão 2006/766/CE, independentemente de haver uma restrição na coluna «Restrições» desse anexo;
- c) No caso de matérias-primas derivadas de aves de capoeira, países terceiros e territórios enumerados no anexo I, parte 1, coluna 1, do Regulamento (CE) n.º 798/2008.

<sup>(</sup>¹) Decisão 2011/163/UE da Comissão, de 16 de março de 2011, relativa à aprovação dos planos apresentados por países terceiros, em conformidade com o artigo 29.º da Diretiva 96/23/CE do Conselho (JO L 70 de 17.3.2011, p. 40).

#### ANEXO II

# Modelos de certificados referidos no artigo 2.º

#### PARTE I

# MODELO DE CERTIFICADO PARA IMPORTAÇÕES DE COXAS DE RÃ REFRIGERADAS, CONGELADAS OU PREPARADAS DESTINADAS AO CONSUMO HUMANO

PAIS	S:			Certifica	do veterinário para a UE	
	l.1.	I.1. Expedidor  Nome  Endereço  Tel.		N.º de referên certificado	cia do	l.2.a.
				I.3. Autoridade central competente  I.4. Autoridade local competente		
ida	1.5.	Destinatário	1.6.			
bed		Nome Endereço				
ssa e)						
s à reme		Código postal Tel.				
Parte I: Detalhes relativos à remessa expedida	I.7. País de Código ISO I.8. origem		1.9.	País de destin	o Código	o ISO 1.10.
arte I: Det	l.11.	Local de origem	I.12.			
Pa		Nome Número de aprovação Endereço				
	I.13. Local de carregamento		1.14.	Data da partid	а	
	I.15.	I.15. Meios de transporte		I.16. PIF de entrada na UE		
		Avião ☐ Navio ☐ Vagão ferroviário ☐				
		Veículo rodoviário ☐ Outro ☐	l.17.			
		Identificação				
	Referência documental					
	I.18.	I.18. Navio			I.19. Códig	o do produto (Código SH)  02.08.90
	I.21. Temperatura dos produtos  Ambiente □ De refrigeração □  I.23. N.º do selo/do contentor					I.20. Quantidade
				De congelação		I.22. Número de embalagens
						I.24. Tipo de embalagem

I.25. Mercadorias certificadas para:					
Consumo humai	по 🗆				
1.26.			I.27. Para	importação ou admiss	são na UE 🔲
I.28. Identificação das	s mercadorias				
Espécie (designação científica)	Tipo de tratamento	Núme aprovaç estabelec Instalação	ão dos cimentos	Número de embalagens	Peso líquido

PAÍS Modelo FRG Coxas de rã

II. Informações sanitárias II.a. N.º de referência do certificado II.b.

#### II.1. Atestado de saúde pública

O abaixo assinado declara conhecer as disposições pertinentes do Regulamento (CE) n.º 178/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 28 de janeiro de 2002, que determina os princípios e normas gerais da legislação alimentar, cria a Autoridade Europeia para a Segurança dos Alimentos e estabelece procedimentos em matéria de segurança dos géneros alimentícios (JO L 31 de 1.2.2002, p. 1), do Regulamento (CE) n.º 852/2004 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 29 de abril de 2004, relativo à higiene dos géneros alimentícios (JO L 139 de 30.4.2004, p. 1) e do Regulamento (CE) n.º 853/2004 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 29 de abril de 2004, que estabelece regras especificas de higiene aplicáveis aos géneros alimentícios de origem animal (JO L 139 de 30.4.2004, p. 55), e certifica que as coxas de rã acima descritas foram produzidas em conformidade com esses requisitos, em especial que:

 provêm de estabelecimentos que aplicam um programa baseado nos princípios HACCP em conformidade com o artigo 5.º do Regulamento (CE) n.º 852/2004,

е

Parte II: Certificação

 provêm de rãs que foram sangradas, preparadas e, se for caso disso, refrigeradas, congeladas ou transformadas, embaladas e armazenadas de forma higiénica, em conformidade com os requisitos previstos no anexo III, secção XI, do Regulamento (CE) n.º 853/2004.

#### **Notas**

#### Parte I:

- Casa I.11: Local de origem: nome e endereço do estabelecimento de expedição.
- Casa I.15: Número de registo/matrícula (carruagens ferroviárias ou contentores e camiões), número do voo (avião) ou nome (navio). Devem ser fornecidas informações separadas em caso de descarregamento e recarregamento.
- Casa I.20: Indicar o peso bruto total e o peso líquido total.
- Casa I.23: Identificação do contentor/Número do selo: só se aplicável.
- Casa I.28: Tipo de tratamento: frescas, tratadas.

#### Parte II:

O carimbo e a assinatura devem ser de uma cor diferente da utilizada nas outras menções do certificado.

Inspetor oficial				
Nome (em maiúsculas):	Cargo e título:			
Data:	Assinatura:			
Carimbo:				

PARTE II

MODELO DE CERTIFICADO PARA IMPORTAÇÕES DE CARACÓIS REFRIGERADOS, CONGELADOS, SEM CONCHA, COZINHADOS, PREPARADOS OU EM CONSERVA DESTINADOS AO CONSUMO HUMANO

PAÍ	S:		Certificado veterinário para a UE		
	l.1.	Expedidor Nome	I.2. N.º de referência do certificado	I.2.a.	
		Endereço	I.3. Autoridade central competente		
			I.4. Autoridade local competen	te	
		Tel.	·		
dida	1.5.	Destinatário	1.6.		
xpec		Nome			
ssa e		Endereço			
reme		Código postal			
os à		Tel.			
Parte I: Detalhes relativos à remessa expedida	1.7.	País de Código ISO I.8. origem	I.9. País de destino Código	o ISO 1.10.	
Detal					
Parte I:	l.11.	Local de origem	I.12.		
		Nome Número de aprovação			
		Endereço			
	I.13.	Local de carregamento	I.14. Data da partida		
	I.15.	Meios de transporte	I.16. PIF de entrada na UE		
		Avião ☐ Navio ☐ Vagão ferroviário ☐ Veículo rodoviário ☐ Outro ☐			
		Identificação	1.17.		
		Referência documental			
	I.18.	Descrição da mercadoria	I.19. Códig	o do produto (Código SH)	
				I.20. Quantidade	
	<ul> <li>I.21. Temperatura dos produtos         Ambiente □ De refrigeração □     </li> <li>I.23. N.º do selo/do contentor</li> </ul>		De congelação □	I.22. Número de embalagens	
				I.24. Tipo de embalagem	

I.25. Mercadorias certificadas para:				
Consumo humano □				
1.26.		1.27.	Para importação ou admissão na UE	
I.28. Identificação das mercadorias				
Espécie (nome científico)	Tipo de tratament	0	Número de aprovação dos estabelecimentos	
Número de embalagens	Peso líquido			
Instalação de fabrico				

PAÍS Modelo SNS Caracóis

II. Informações sanitárias II.a. N.º de referência do certificado II.b.

#### II.1. Atestado de saúde pública

O abaixo assinado declara conhecer as disposições pertinentes do Regulamento (CE) n.º 178/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 28 de janeiro de 2002, que determina os princípios e normas gerais da legislação alimentar, cria a Autoridade Europeia para a Segurança dos Alimentos e estabelece procedimentos em matéria de segurança dos géneros alimentícios (JO L 31 de 1.2.2002, p. 1), do Regulamento (CE) n.º 852/2004 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 29 de abril de 2004, relativo à higiene dos géneros alimentícios (JO L 139 de 30.4.2004, p. 1) e do Regulamento (CE) n.º 853/2004 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 29 de abril de 2004, que estabelece regras específicas de higiene aplicáveis aos géneros alimentícios de origem animal (JO L 139 de 30.4.2004, p. 55), e certifica que os caracóis acima descritos foram produzidos em conformidade com esses requisitos, em especial que:

 provêm de estabelecimentos que aplicam um programa baseado nos princípios HACCP em conformidade com o artigo 5.º do Regulamento (CE) n.º 852/2004,

е

Parte II: Certificação

 foram manuseados e, quando adequado, submetidos a um processo de extração das conchas, cozinhados, preparados, conservados, congelados, embalados e armazenados de forma higiénica, em conformidade com os requisitos previstos no anexo III, secção XI, do Regulamento (CE) n.º 853/2004.

#### **Notas**

#### Parte I:

- Casa I.11: Local de origem: nome e endereço do estabelecimento de expedição.
- Casa I.15: Número de registo/matrícula (carruagens ferroviárias ou contentores e camiões), número do voo (avião) ou nome (navio). Devem ser fornecidas informações separadas em caso de descarregamento e recarregamento.
- Casa I.19: utilizar o código do Sistema Harmonizado (SH) adequado, nas seguintes rubricas: 03.07, 16.05.
- Casa I.20: Indicar o peso bruto total e o peso líquido total.
- Casa I.23: Identificação do contentor/Número do selo: só se aplicável.
- Casa I.28: Tipo de tratamento: frescos, tratados.

#### Parte II:

O carimbo e a assinatura devem ser de uma cor diferente da utilizada nas outras menções do certificado.

Inspetor oficial

Nome (em maiúsculas):

Data:

Cargo e título:

Assinatura:

Carimbo:

## PARTE III

# MODELO DE CERTIFICADO PARA AS IMPORTAÇÕES DE GELATINA DESTINADA AO CONSUMO HUMANO

PAÍS	S:		Certificado veterinário para a UE				
	l.1.	Expedidor Nome	1.2.	N.º de referên certificado	cia do	I.2.a.	
		Endereço	I.3. Autoridade central competente				
		Tel.	1.4.	Autoridade loc	cal competent	te	
		161.					
dida	1.5.	Destinatário	1.6.				
ехре		Nome					
ssa		Endereço					
eme		Código postal					
sàr		Tel.					
Parte I: Detalhes relativos à remessa expedida	1.7.	País de Código ISO I.8.	1.9.	País de destir	no Código	o ISO 1.10.	
s re	1.7.	origem		rais de destii	io Codigi	0 130 1.10.	
alhe							
: Det	1.4.4		l.12.				
ırte	I.11. Local de origem						
Pa		Nome Número de aprovação					
	Endereço						
	I.13.	Local de carregamento	I.14. Data da partida				
	l.15.	Meios de transporte	I.16. PIF de entrada na UE				
	Avião □ Navio □ Vagão ferroviário □ Veículo rodoviário □ Outro □ Identificação						
			1.17.				
	Referência documental  I.18. Descrição da mercadoria						
					I 10 Cádia	a da maadusta (Cádina CII)	
					1.19. Codig	o do produto (Código SH)	
						I.20. Quantidade	
	I.21.	Temperatura dos produtos				I.22. Número de	
		Ambiente De refrigeração D	] [	De congelação		embalagens	
	1.23.	N.º do selo/do contentor				I.24. Tipo de	
			embalagem			embalagem	

I.25. Mercadorias certificadas para:							
Consumo hum	nano 🗆						
1.26.			I.27. Para	importação ou admiss	ão na UE 🔲		
I.28. Identificação d	las mercadorias						
Espécie	Date de produção	Núme aprovaç	ão dos	Número de	Daga Kasida		
(designação científica)	(dd/mm/aaaa)	estabeleo Instalação		embalagens	Peso líquido		

#### Modelo GEL Gelatina destinada ao consumo humano

II. a. N.º de referên	ncia do certificado II.b.
-----------------------	---------------------------

#### II.1. Atestado de saúde pública

O abaixo assinado declara conhecer as disposições pertinentes do Regulamento (CE) n.º 178/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 28 de janeiro de 2002, que determina os princípios e normas gerais da legislação alimentar, cria a Autoridade Europeia para a Segurança dos Alimentos e estabelece procedimentos em matéria de segurança dos géneros alimentícios (JO L 31 de 1.2.2002, p. 1), do Regulamento (CE) n.º 852/2004 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 29 de abril de 2004, relativo à higiene dos géneros alimentícios (JO L 139 de 30.4.2004, p. 1) e do Regulamento (CE) n.º 853/2004 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 29 de abril de 2004, que estabelece regras específicas de higiene aplicáveis aos géneros alimentícios de origem animal (JO L 139 de 30.4.2004, p. 55), e certifica que a gelatina acima descrita foi produzida em conformidade com esses requisitos, em especial que:

- provém de estabelecimentos que aplicam um programa baseado nos princípios HACCP em conformidade com o artigo 5.º do Regulamento (CE) n.º 852/2004,
- foi produzida a partir de matérias-primas que observam os requisitos do anexo III, secção XIV, capítulos I e II, do Regulamento (CE) n.º 853/2004,
- foi fabricada em conformidade com as condições estabelecidas no anexo III, secção XIV, capítulo III, do Regulamento (CE) n.º 853/2004,
- satisfaz os critérios do anexo III, secção XIV, capítulo IV, do Regulamento (CE) n.º 853/2004 e do Regulamento (CE) n.º 2073/2005 da Comissão, de 15 de novembro de 2005, relativo a critérios microbiológicos aplicáveis aos géneros alimentícios (JO L 338 de 22.12.2005, p. 1),
- e, se for de origem ruminante, exceto no que se refere à gelatina derivada de couros e peles de ruminantes.

#### (1) quer

- [provém de um país ou região classificado, em conformidade com o artigo 5.°, n.° 2, do Regulamento (CE) n.° 999/2001 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 22 de maio de 2001, que estabelece regras para a prevenção, o controlo e a erradicação de determinadas encefalopatias espongiformes transmissíveis (JO L 147 de 31.5.2001, p. 1), como país ou região apresentando um risco negligenciável de EEB,
- os animais de que deriva a gelatina nasceram, foram permanentemente criados e foram abatidos no país com um risco negligenciável de EEB e foram submetidos a inspeções ante mortem e post mortem.
- se se tiverem registado casos nativos de EEB no país ou na região:
  - i) provém de animais que nasceram após a data de entrada em vigor da proibição de alimentar ruminantes com farinhas de carne e de ossos e com torresmos derivados de ruminantes, ou
  - ii) os produtos de origem bovina, ovina e caprina não contêm e não derivam de matérias de risco especificadas, tal como definidas no anexo V do Regulamento (CE) n.º 999/2001, nem de carne separada mecanicamente obtida a partir de ossos de bovinos, ovinos ou caprinos.]

#### (1) quer

- [provém de um país ou região classificado, em conformidade com o artigo 5.º, n.º 2, do Regulamento (CE) n.º 999/2001, como país ou região apresentando um risco controlado de EEB,
- os animais de que deriva a gelatina foram submetidos a inspeções *ante mortem* e *post mortem*,
- os animais de que deriva a gelatina destinada a exportação não foram abatidos após atordoamento através da injeção de gás na cavidade craniana, nem mortos pelo mesmo método, e não foram abatidos por laceração do tecido do sistema nervoso central após atordoamento através de um instrumento comprido de forma cilíndrica introduzido na cavidade craniana,
- a gelatina não contém e não deriva de matérias de risco especificadas, tal como definidas no anexo V do Regulamento (CE) n.º 999/2001, nem de carne separada mecanicamente obtida a partir de ossos de bovinos, ovinos ou caprinos.]

# Parte II: Certificação

# Modelo GEL Gelatina destinada ao consumo humano

II. Informações sanitárias II.a. N.º de referência do certificado II.b.	
---	--

#### (1) quer

- [provém de um país ou região classificado, em conformidade com o artigo 5.º, n.º 2, do Regulamento (CE) n.º 999/2001, como país ou região apresentando um risco negligenciável de EEB.
- a gelatina é derivada de animais que foram submetidos a inspeções ante mortem e post mortem,
- a gelatina é derivada de animais nascidos, criados continuamente e abatidos num país ou região com um risco negligenciável de EEB, em conformidade com o artigo 5.°, n.° 2, do Regulamento (CE) n.º 999/2001, e, se se tiverem registado casos nativos de EEB no país ou na região, nascidos após a data de entrada em vigor da proibição de alimentar ruminantes com farinhas de carne e de ossos e com torresmos derivados de ruminantes, e de animais nascidos num país ou região classificado, em conformidade com o artigo 5.º, n.º 2, do Regulamento (CE) n.º 999/2001, como país ou região apresentando um risco controlado de EEB, e que não foram abatidos após atordoamento através da injeção de gás na cavidade craniana, nem mortos pelo mesmo método, e não foram abatidos por laceração, após atordoamento, do tecido do sistema nervoso central através de um instrumento comprido de forma cilíndrica introduzido na cavidade craniana,
- a gelatina não contém e não deriva de matérias de risco especificadas, tal como definidas no anexo
   V do Regulamento (CE) n.º 999/2001, nem de carne separada mecanicamente obtida a partir de ossos de bovinos, ovinos ou caprinos.]

#### (1) quer

- [provém de um país ou região classificado, em conformidade com o artigo 5.º, n.º 2, do Regulamento (CE) n.º 999/2001, como país ou região apresentando um risco indeterminado de EEB.
- os animais de que deriva a gelatina n\u00e3o foram alimentados com farinhas de carne e de ossos nem com torresmos derivados de ruminantes e foram submetidos a inspe\u00fc\u00f3es ante mortem e post mortem.
- os animais de que deriva a gelatina não foram abatidos após atordoamento através da injeção de gás na cavidade craniana, nem mortos pelo mesmo método, e não foram abatidos por laceração do tecido do sistema nervoso central após atordoamento através de um instrumento comprido de forma cilíndrica introduzido na cavidade craniana,
- a gelatina não deriva de:
  - matérias de risco especificadas, tal como definidas no anexo V do Regulamento (CE) n.º 999/2001,
  - ii) tecido nervoso e linfático exposto durante o processo de desossa,
  - iii) carne separada mecanicamente obtida a partir de ossos de bovinos, ovinos ou caprinos.]

#### **Notas**

#### Parte I:

- Casa I.11: Local de origem: nome e endereço do estabelecimento de expedição.
- Casa I.15: Número de registo/matrícula (carruagens ferroviárias ou contentores e camiões), número do voo (avião) ou nome (navio). Devem ser fornecidas informações separadas em caso de descarregamento e recarregamento.
- Casa I.19: Utilizar o código do Sistema Harmonizado (SH) adequado, na rubrica 35.03.
- Casa I.20: Indicar o peso bruto total e o peso líquido total.
- Casa I.23: Identificação do contentor/Número do selo: só se aplicável.

#### Modelo GEL Gelatina destinada ao consumo humano

II.	Informações sanitárias	II.a.	N.º de referência do certificado	II.b.
Parte	e II:			
(1)	Riscar o que não interessa.			
-	O carimbo e a assinatura devem ser	de uma	cor diferente da utilizada nas ou	ras menções do certificado.
Vete	rinário oficial		ı	Nome (em maiúsculas):
	Cargo e título:			
	Data:		,	Assinatura:
	Carimbo:			

PARTE IV

# MODELO DE CERTIFICADO PARA AS IMPORTAÇÕES DE COLAGÉNIO DESTINADO AO CONSUMO HUMANO

PAÍS	S:		Certificado veterinário para a UE				
	l.1.	Expedidor Nome	1.2.	N.º de referênc certificado	cia do	I.2.a.	
		Endereço	I.3. Autoridade central competente				
		Tel.	1.4.	Autoridade loc	al competen	te	
edida	1.5.	Destinatário Nome	1.6.				
essa exp		Endereço					
os à reme		Código postal Tel.					
Parte I: Detalhes relativos à remessa expedida	1.7.	País de Código ISO I.8. origem	1.9.	País de destino	o Códig	o ISO 1.10.	
	l.11.	Local de origem	I.12.				
		Nome Número de aprovação Endereço					
	I.13.	Local de carregamento	I.14. Data da partida  I.16. PIF de entrada na UE				
	l.15.	Meios de transporte					
	Avião Navio Vagão ferroviário						
	Veículo rodoviário ☐ Outro ☐ Identificação			1.17.			
		Referência documental					
	I.18. Descrição da mercadoria				I.19. Códig	o do produto (Código SH)	
						I.20. Quantidade	
	l.21.	Temperatura dos produtos  Ambiente ☐ De refrigeração ☐	l c	De congelação <b>l</b>	<b>-</b>	I.22. Número de embalagens	
	1.23.	N.º do selo/do contentor				I.24. Tipo de embalagem	

I.25. Mercadorias ce	rtificadas para:				
Consumo huma	ano 🗆				
I.26.			I.27. Para ir	mportação ou admiss	são na UE 🔲
I.28. Identificação da	as mercadorias				
Espécie	Date de produção	Núme aprovaç	ão dos	Número de	Daga Kawida
(designação científica)	(dd/mm/aaaa)	estabeleo Instalação		embalagens	Peso líquido

#### Modelo COL Colagénio destinado ao consumo humano

	II.	Informações sanitárias	II.a.	N.º de referência do certificado	II.b.
--	-----	------------------------	-------	----------------------------------	-------

#### II.1. Atestado de saúde pública

O abaixo assinado declara conhecer as disposições pertinentes do Regulamento (CE) n.º 178/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 28 de janeiro de 2002, que determina os princípios e normas gerais da legislação alimentar, cria a Autoridade Europeia para a Segurança dos Alimentos e estabelece procedimentos em matéria de segurança dos géneros alimentícios (JO L 31 de 1.2.2002, p. 1), do Regulamento (CE) n.º 852/2004 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 29 de abril de 2004, relativo à higiene dos géneros alimentícios (JO L 139 de 30.4.2004, p. 1) e do Regulamento (CE) n.º 853/2004 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 29 de abril de 2004, que estabelece regras específicas de higiene aplicáveis aos géneros alimentícios de origem animal (JO L 139 de 30.4.2004, p. 55), e certifica que o colagénio acima descrito foi produzido em conformidade com esses requisitos, em especial que:

- provém de estabelecimentos que aplicam um programa baseado nos princípios HACCP em conformidade com o artigo 5.º do Regulamento (CE) n.º 852/2004,
- foi produzido a partir de matérias-primas que observam os requisitos do anexo III, secção XV, capítulos I e II, do Regulamento (CE) n.º 853/2004,
- foi fabricado em conformidade com as condições estabelecidas no anexo III, secção XV, capítulo III, do Regulamento (CE) n.º 853/2004,
- satisfaz os critérios do anexo III, secção XV, capítulo IV, do Regulamento (CE) n.º 853/2004 e do Regulamento (CE) n.º 2073/2005 da Comissão, de 15 de novembro de 2005, relativo a critérios microbiológicos aplicáveis aos géneros alimentícios (JO L 338 de 22.12.2005, p. 1),

e, se for de origem ruminante, exceto no que se refere ao colagénio derivado de couros e peles de ruminantes,

#### (1) quer

- [provém de um país ou região classificado, em conformidade com o artigo 5.°, n.° 2, do Regulamento (CE) n.° 999/2001 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 22 de maio de 2001, que estabelece regras para a prevenção, o controlo e a erradicação de determinadas encefalopatias espongiformes transmissíveis (JO L 147 de 31.5.2001, p. 1), como país ou região apresentando um risco negligenciável de EEB,
- os animais de que deriva o colagénio nasceram, foram permanentemente criados e foram abatidos no país com um risco negligenciável de EEB e foram submetidos a inspeções ante mortem e post mortem.
- se se tiverem registado casos nativos de EEB no país ou na região:
  - i) provém de animais que nasceram após a data de entrada em vigor da proibição de alimentar ruminantes com farinhas de carne e de ossos e com torresmos derivados de ruminantes, ou
  - ii) os produtos de origem bovina, ovina e caprina não contêm e não derivam de matérias de risco especificadas, tal como definidas no anexo V do Regulamento (CE) n.º 999/2001, nem de carne separada mecanicamente obtida a partir de ossos de bovinos, ovinos ou caprinos.]

## (1) quer

- [provém de um país ou região classificado, em conformidade com o artigo 5.º, n.º 2, do Regulamento (CE) n.º 999/2001, como país ou região apresentando um risco controlado de EEB,
- os animais de que deriva o colagénio foram submetidos a inspeções ante mortem e post mortem.
- os animais de que deriva o colagénio destinado a exportação não foram abatidos após atordoamento através da injeção de gás na cavidade craniana, nem mortos pelo mesmo método, e não foram abatidos por laceração do tecido do sistema nervoso central após atordoamento através de um instrumento comprido de forma cilíndrica introduzido na cavidade craniana,
- o colagénio não contém e não deriva de matérias de risco especificadas, tal como definidas no anexo V do Regulamento (CE) n.º 999/2001, nem de carne separada mecanicamente obtida a partir de ossos de bovinos, ovinos ou caprinos.]

# Parte II: Certificação

# Modelo COL Colagénio destinado ao consumo humano

II. Informações sanitárias II.a. N.º de referê	ncia do certificado II.b.
--	---------------------------

#### (1) quer

- [provém de um país ou região classificado, em conformidade com o artigo 5.º, n.º 2, do Regulamento (CE) n.º 999/2001, como país ou região apresentando um risco negligenciável de EEB.
- o colagénio é derivado de animais que foram submetidos a inspeções ante mortem e post mortem,
- o colagénio é derivado de animais nascidos, criados continuamente e abatidos num país ou região com um risco negligenciável de EEB, em conformidade com o artigo 5.º, n.º 2, do Regulamento (CE) n.º 999/2001, e, se se tiverem registado casos nativos de EEB no país ou na região, nascidos após a data de entrada em vigor da proibição de alimentar ruminantes com farinhas de carne e de ossos e com torresmos derivados de ruminantes, e de animais nascidos num país ou região classificado, em conformidade com o artigo 5.º, n.º 2, do Regulamento (CE) n.º 999/2001, como país ou região apresentando um risco controlado de EEB, e que não foram abatidos após atordoamento através da injeção de gás na cavidade craniana, nem mortos pelo mesmo método, e não foram abatidos por laceração, após atordoamento, do tecido do sistema nervoso central através de um instrumento comprido de forma cilíndrica introduzido na cavidade craniana,
- o colagénio não contém e não deriva de matérias de risco especificadas, tal como definidas no anexo V do Regulamento (CE) n.º 999/2001, nem de carne separada mecanicamente obtida a partir de ossos de bovinos, ovinos ou caprinos.]

#### (1) quer

- [provém de um país ou região classificado, em conformidade com o artigo 5.º, n.º 2, do Regulamento (CE) n.º 999/2001, como país ou região apresentando um risco indeterminado de EEB.
- os animais de que deriva o colagénio não foram alimentados com farinhas de carne e de ossos nem com torresmos derivados de ruminantes e foram submetidos a inspeções ante mortem e post mortem.
- os animais de que deriva o colagénio não foram abatidos após atordoamento através da injeção de gás na cavidade craniana, nem mortos pelo mesmo método, e não foram abatidos por laceração do tecido do sistema nervoso central após atordoamento através de um instrumento comprido de forma cilíndrica introduzido na cavidade craniana,
- o colagénio não deriva de:
  - i) matérias de risco especificadas, tal como definidas no anexo V do Regulamento (CE) n.º 999/2001,
  - ii) tecido nervoso e linfático exposto durante o processo de desossa,
  - iii) carne separada mecanicamente obtida a partir de ossos de bovinos, ovinos ou caprinos.]

#### Notas

#### Parte I:

- Casa I.11: Local de origem: nome e endereço do estabelecimento de expedição.
- Casa I.15: Número de registo/matrícula (carruagens ferroviárias ou contentores e camiões), número do voo (avião) ou nome (navio). Devem ser fornecidas informações separadas em caso de descarregamento e recarregamento.
- Casa I.18: O presente certificado também pode ser utilizado para a importação de tripas de colagénio.
- Casa I.19: Utilizar o código do Sistema Harmonizado (SH) adequado, nas rubricas 35.04 ou 39.17.
- Casa I.20: Indicar o peso bruto total e o peso líquido total.
- Casa I.23: Identificação do contentor/Número do selo: só se aplicável.

#### Modelo COL Colagénio destinado ao consumo humano

II.	Informações sanitárias	II.a.	N.º de referência do certificado	II.b.
Par	te II:			
(1)	Riscar o que não interessa.			
_	O carimbo e a assinatura devem ser	de uma	cor diferente da utilizada nas out	ras menções do certificado.
Vet	erinário oficial			
	Nome (em maiúsculas):		C	Cargo e título:
	Data:		A	Assinatura:
	Carimbo:			

## PARTE V

# MODELO DE CERTIFICADO PARA AS IMPORTAÇÕES DE MATÉRIAS-PRIMAS PARA A PRODUÇÃO DE GELATINA/COLAGÉNIO DESTINADOS AO CONSUMO HUMANO $(^{\rm l})$

PAÍ	PAÍS:						Certificado veterinário para a UE				
	l.1.	I.1. Expedidor  Nome						I.2. N.º de referência do certificado			
					I.3. Autoridade central competente						
					1.4.	Autoridade	local compete	ente			
		Tel.									
da	1.5.	I.5. Destinatário				1.6.					
pedi		Nome									
sa ex		Endereço									
emes		Código postal									
s à re		Tel.									
Parte I: Detalhes relativos à remessa expedida	1.7.	País de origem	Código ISO	1.8.	Região de origem	Código	1.9.	País de destino	Código ISO	I.10.	
Detalh											
Parte I:	l.11.	11. Local de origem				I.12.					
	Nome Número de aprovação					provação					
	Endereço										
	I.13. Local de carregamento  I.15. Meios de transporte					I.14. Data da partida					
						I.16. PIF de entrada na UE					
	Avião ☐ Navio ☐ Vagão ferroviário ☐ Veículo rodoviário ☐ Outro ☐ Identificação Referência documental					oviário 🗖					
							1.17.				
									I.19. Códig	o do produto (Código SH)	
	-										
										I.20. Quantidade	
	I.21.	Tempera Ambiente	tura dos pro e □	odutos	De refri	igeração □		De congela	ação 🛘	I.22. Número de embalagens	
	1.23.	N.º do se	elo/do conte	ntor						I.24. Tipo de embalagem	

<sup>(1)</sup> Salvo se abrangidas pela parte VI.

1.25.	5. Mercadorias certificadas para:							
	Produção de gelatina / colagénio para consumo humano □							
1.26.	26. I.27. Para importação ou admissão na UE							
1.28.	Identificação das m	ercadorias		I				
	Espécie designação científica)	Natureza do produto	Númei aprovaç estabelec Instalação	ão dos imentos	Número de embalagens	Peso líquido		

Parte II: Certificação

Modelo RCG ▶ "Matérias-primas para a produção de gelatina/colagénio destinados ao consumo humano ∢

II. Informações sanitárias

II.a. N.º de referência do certificado

II.b.

#### II.1. Atestado de saúde pública

O abaixo assinado declara conhecer as disposições pertinentes do Regulamento (CE) n.º 178/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 28 de janeiro de 2002, que determina os princípios e normas gerais da legislação alimentar, cria a Autoridade Europeia para a Segurança dos Alimentos e estabelece procedimentos em matéria de segurança dos géneros alimentícios (JO L 31 de 1.2.2002, p. 1), do Regulamento (CE) n.º 852/2004 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 29 de abril de 2004, relativo à higiene dos géneros alimentícios (JO L 139 de 30.4.2004, p. 1), do Regulamento (CE) n.º 853/2004 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 29 de abril de 2004, que estabelece regras específicas de higiene aplicáveis aos géneros alimentícios de origem animal (JO L 139 de 30.4.2004, p. 55) e do Regulamento (CE) n.º 854/2004 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 29 de abril de 2004, que estabelece regras específicas de organização dos controlos oficiais de produtos de origem animal destinados ao consumo humano (JO L 139 de 30.4.2004, p. 206), e certifica que as matériasprimas acima descritas estão em conformidade com esses requisitos, em especial que:

— (¹) [os ossos, os couros e as peles de ruminantes domésticos e de criação, de suínos e de aves de capoeira e os tendões e os nervos acima descritos são derivados de animais que foram abatidos num matadouro e cujas carcaças, na sequência de uma inspeção ante mortem e post mortem, foram consideradas próprias para o consumo humano,]

e/or

 (¹) [os couros, as peles e os ossos de caça selvagem acima descritos são derivados de animais abatidos cujas carcaças, na sequência da inspeção post mortem, foram consideradas próprias para o consumo humano,]

e/ou

 (¹) [as peles e espinhas de peixes acima descritas provêm de fábricas de produtos da pesca destinados ao consumo humano autorizadas a exportar,]

(1) e

[se forem de origem ruminante, exceto no que se refere aos couros e peles de ruminantes,

#### (1) quer:

- [provêm de um país ou região classificado, em conformidade com o artigo 5.º, n.º 2, do Regulamento (CE) n.º 999/2001 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 22 de maio de 2001, que estabelece regras para a prevenção, o controlo e a erradicação de determinadas encefalopatias espongiformes transmissíveis (JO L 147 de 31.5.2001, p. 1), como país ou região apresentando um risco negligenciável de EEB,
- os animais de que derivam as matérias-primas de origem bovina, ovina e caprina nasceram, foram permanentemente criados e foram abatidos no país com um risco negligenciável de EEB e foram submetidos a inspeções ante mortem e post mortem,
- se se tiverem registado casos nativos de EEB no país ou na região:
  - i) os animais nasceram após a data de entrada em vigor da proibição de alimentar ruminantes com farinhas de carne e de ossos e com torresmos derivados de ruminantes, ou
  - as matérias-primas de origem bovina, ovina e caprina não contêm e não derivam de matérias de risco especificadas, tal como definidas no anexo V do Regulamento (CE) n.º 999/2001, nem de carne separada mecanicamente obtida a partir de ossos de bovinos, ovinos ou caprinos.]

#### (1) quer:

- [provêm de um país ou região classificado, em conformidade com o artigo 5.º, n.º 2, do Regulamento (CE) n.º 999/2001, como país ou região apresentando um risco controlado de EEB,
- os animais de que derivam as matérias-primas de origem bovina, ovina e caprina foram submetidos a inspeções ante mortem e post mortem,

#### Modelo RCG ▶ Matérias-primas para a produção de gelatina/colagénio destinados ao consumo humano ⊲

II.	Informações sanitárias	II.a. N	° de referência do certificado	II.b.
	•			ovina e caprina destinados a injeção de gás na cavidade

- os animais de que derivam as materias-primas de origem bovina, ovina e caprina destinados a exportação não foram abatidos após atordoamento através da injeção de gás na cavidade craniana, nem mortos pelo mesmo método, e não foram abatidos por laceração do tecido do sistema nervoso central, após atordoamento, através de um instrumento comprido de forma cilíndrica introduzido na cavidade craniana,
- as matérias-primas de origem bovina, ovina e caprina não contêm e não derivam de matérias de risco especificadas, tal como definidas no anexo V do Regulamento (CE) n.º 999/2001, nem de carne separada mecanicamente obtida a partir de ossos de bovinos, ovinos ou caprinos.]

#### (1) quer

- [provêm de um país ou região classificado, em conformidade com o artigo 5.º, n.º 2, do Regulamento (CE) n.º 999/2001, como país ou região apresentando um risco negligenciável de EEB,
- os animais de que derivam as matérias-primas de origem bovina, ovina e caprina foram submetidos a inspecões ante mortem e post mortem.
- as matérias-primas de origem bovina, ovina e caprina destinadas a exportação são derivadas de animais nascidos, criados continuamente e abatidos num país ou região com um risco negligenciável de EEB, em conformidade com o artigo 5.°, n.° 2, do Regulamento (CE) n.° 999/2001, e, se se tiverem registado casos nativos de EEB no país ou na região, nascidos após a data de entrada em vigor da proibição de alimentar ruminantes com farinhas de carne e de ossos e com torresmos derivados de ruminantes, e de animais nascidos num país ou região classificado, em conformidade com o artigo 5.°, n.° 2, do Regulamento (CE) n.° 999/2001, como país ou região apresentando um risco controlado de EEB, e que não foram abatidos após atordoamento através da injeção de gás na cavidade craniana, nem mortos pelo mesmo método, e não foram abatidos por laceração, após atordoamento, do tecido do sistema nervoso central através de um instrumento comprido de forma cilíndrica introduzido na cavidade craniana,
- as matérias-primas de origem bovina, ovina e caprina não contêm e não derivam de matérias de risco especificadas, tal como definidas no anexo V do Regulamento (CE) n.º 999/2001, nem de carne separada mecanicamente obtida a partir de ossos de bovinos, ovinos ou caprinos.]

#### (1) quer

- [provêm de um país ou região classificado, em conformidade com o artigo 5.º, n.º 2, do Regulamento (CE) n.º 999/2001, como país ou região apresentando um risco indeterminado de EEB,
- os animais de que derivam as matérias-primas de origem bovina, ovina ou caprina não foram alimentados com farinhas de carne e de ossos nem com torresmos derivados de ruminantes e foram submetidos a inspeções ante mortem e post mortem,
- os animais de que derivam as matérias-primas de origem bovina, ovina ou caprina não foram abatidos após atordoamento através da injeção de gás na cavidade craniana, nem mortos pelo mesmo método, e não foram abatidos por laceração do tecido do sistema nervoso central, após atordoamento, através de um instrumento comprido de forma cilíndrica introduzido na cavidade craniana.
- as matérias-primas de origem bovina, ovina e caprina não derivam de:
  - matérias de risco especificadas, tal como definidas no anexo V do Regulamento (CE) n.º 999/2001,
  - ii) tecido nervoso e linfático exposto durante o processo de desossa,
  - iii) carne separada mecanicamente obtida a partir de ossos de bovinos, ovinos ou caprinos.]]

## Modelo RCG ▶<sup>(1)</sup>Matérias-primas para a produção de gelatina/colagénio destinados ao consumo humano ∢

II. I	nformaçõe	es sanitárias	II.a.	N.º de referên	cia do certificado	II.b.					
(¹) [II.2.	Atestado	o de saúde animal									
	O abaixo	O abaixo assinado, veterinário oficial, certifica que as matérias-primas acima descritas:									
II.2.1.	consister	consistem em produtos animais que satisfazem os requisitos de saúde animal infra;									
II.2.2.	foram ob a partir d		) [:		] (¹) ou	[] (2)(3)(4)					
(1) quer	[II.2.2.1	[II.2.2.1 animais que provêm de explorações e permaneceram nesse território desde o seu nascimento ou, pelo menos, durante os três últimos meses antes do abate, e									
	(¹) quer	Comissão, de territórios ou p animais e carn 20.3.2010, p. 1 de saúde ani consumo huma fresca de anim	12 de artes de fresca ), pree mal es ano nu ais des	março de 2010 destes autorizado a, bem como os nchem todos os stabelecidos no ma data em que ssas espécies er	, que estabelece a os a introduzir na U requisitos de certifio requisitos de impor referido regulame na importação para a autorizada a part	nto (UE) n.º 206/2010 da is listas de países terceiros, Inião Europeia determinados cação veterinária (JO L 73 de tação pertinentes em matéria into e foram abatidos para a União Europeia de carne tir do país ou território desse do mesmo regulamento;]					
	(1) quer	Comissão, de partes de país na Comunidad selvagens e de aplicáveis (JO	de fer es terce e de c coelhe L 39	vereiro de 2009, eiros a partir dos carne de leporído os de criação, be de 10.2.2009,	que estabelece um quais se autorizan eos selvagens, de m como os requisit p. 12) e preench	nto (CE) n.º 119/2009 da la lista de países terceiros ou nas importações e o trânsito certos mamíferos terrestres tos de certificação veterinária lem todos os requisitos de nimal estabelecidos nesse					
( <sup>1</sup> ) quer	[II.2.2.1	como pintos do dia o enumerados, relativ n.º 798/2008 da Co terceiros, territórios importação e o trâns de capoeira, bem c 23.8.2008, p. 1) regulamento, e constodos os requisitos o referido regulament importação para a L	u aves amente missão zona- ito na omo as em co istem e impo o, e fo nião E tório de	s de capoeira para e a esse produto, de 8 de agos s ou compartim Comunidade de sexigências de rodições pelo rem espécies refortação pertinente pram abatidas pertinente curopeia de carnes	ra abate a partir de o, no anexo I, par to de 2008, que e tentos a partir do aves de capoeira e certificação veterinamenos equivalente eridas no mesmo res em matéria de sa para consumo huma de animais dessa	eclosão ou foram importadas um ou mais países terceiros te 1, do Regulamento (CE) estabelece a lista de países s quais são autorizados a de produtos à base de aves ária aplicáveis (JO L 226 de se às estabelecidas nesse egulamento, que preenchem aúde animal estabelecidos no nano numa data em que a as espécies era autorizada a lexo I, parte 1, coluna 6 B, do					
(1) quer	[II.2.2.1	animais que foram a numa área:	batidos	s em meio selvaç	gem nesse território	o(5), e capturados e abatidos					
		doenças segu doença de Ne	ntes, : wcastle	a que os anima e ou gripe aviár	ais são sensíveis: ria de alta patoger	so/foco de qualquer uma das febre aftosa, peste bovina, nicidade durante os 30 dias africana durante os 40 dias					
		país ou de ur	na par	te desse país,		iras de outro território de um autorizados nessas datas a					
		quer para um o	entro d	de recolha e imed		12 horas, para refrigeração, para um estabelecimento de :]					

#### Modelo RCG ▶<sup>(1)</sup> Matérias-primas para a produção de gelatina/colagénio destinados ao consumo humano **∢**

II.	Informações sanitárias	II.a.	N.º de referência do certificado	II.b.
				All and the second seco

- II.2.3. foram obtidas num estabelecimento em redor do qual, num raio de 10 km, não se verificou qualquer caso/foco das doenças seguintes, a que os animais são sensíveis: febre aftosa, peste bovina, doença de Newcastle ou gripe aviária de alta patogenicidade, peste suína clássica ou peste suína africana, durante os 30 dias anteriores ou, na eventualidade de um caso de uma dessas doenças, a preparação das matérias-primas para exportação para a União Europeia foi autorizada apenas após a remoção de toda a carne e a limpeza e desinfeção totais do estabelecimento sob o controlo de um veterinário oficial; e
- II.2.4. foram obtidas e preparadas sem que tenham estado em contacto com outras matérias não conformes com as condições exigidas supra e foram manuseadas de modo a evitar a contaminação por agentes patogénicos; e
- II.2.5. foram transportadas em contentores ou camiões limpos e selados.]

#### Notas

#### Parte I:

- Casa I.8: Indicar o código de território tal como consta do anexo II da Decisão 2006/766/CE da Comissão, de 6 de novembro de 2006, que estabelece as listas de países terceiros e territórios a partir dos quais são autorizadas as importações de moluscos bivalves, equinodermes, tunicados, gastrópodes marinhos e produtos da pesca (JO L 320 de 18.11.2006, p. 53) e/ou do anexo I, parte 1, do Regulamento (CE) n.º 798/2008 e/ou do anexo I, parte 1, do Regulamento (UE) n.º 206/2010.
- Casa I.11: Local de origem: nome e endereço do estabelecimento de expedição; número de aprovação ou de registo, conforme adequado.
- Casa I.15: Número de registo/matrícula (carruagens ferroviárias ou contentores e camiões), número do voo (avião) ou nome (navio). Devem ser fornecidas informações separadas em caso de descarregamento e recarregamento.
- Casa I.19: utilizar o código do Sistema Harmonizado (SH) adequado, nas seguintes rubricas: 02.08, 03.05, 05.05, 05.06, 05.11.91, 05.11.99, 41.01, 41.02, 41.03.
- Casa I.20: Indicar o peso bruto total e o peso líquido total.
- Casa I.23: Identificação do contentor/Número do selo: só se aplicável.
- Casa I.28: Natureza da mercadoria: couros, peles, ossos, tendões e nervos.

Número de aprovação dos estabelecimentos: número de aprovação ou de registo, conforme adequado.

Instalação de fabrico: inclui matadouro, navio-fábrica, instalação de desmancha, estabelecimento de manuseamento de caça e unidade de transformação.

#### Parte II:

- Riscar o que n\u00e3o interessa. No caso de produtos derivados de produtos da pesca, toda a sec\u00e7\u00e3o II.2 deve ser suprimida.
- (2) O nome e o número de código ISO do país ou território ou zona de exportação, tal como estabelecido:
  - nos anexos da Decisão 2006/766/CE;
  - no anexo I do Regulamento (CE) n.º 798/2008;

PAÍS

## Modelo RCG ▶<sup>(i)</sup>Matérias-primas para a produção de gelatina/colagénio destinados ao consumo humano ◀

II.	Informações sanitárias	II.a.	N.º de referência do certificado	II.b.				
	— no anexo II, parte 1, do Regulamento (CE) n.º 119/2009;							
	<ul> <li>no anexo II, parte 1, do Regular</li> </ul>	nento (l	JE) n.º 206/2010.					
( <sup>3</sup> )	3) Se partes das matérias forem derivadas de animais com origem noutro(s) país(es) terceiro(s) enumerado(s) no anexo II do Regulamento (UE) n.º 206/2010 para importação desse produto para a União, o(s) código(s) do(s) país(es) ou do(s) território(s) e do país terceiro onde se praticou o abate dos animais deve(m) ser indicado(s) (as matérias não podem provir de um país ou território que tenha indicado garantias suplementares A ou F na coluna 5 do referido anexo).							
(4)	(4) Se as matérias forem derivadas de aves de capoeira para abate com origem noutro(s) país(es) terceiro(s) enumerado(s) no anexo I, parte 1, do Regulamento (CE) n.º 798/2008 para importação desse produto para a União, o(s) código(s) do(s) país(es) ou do(s) território(s) e do país terceiro onde se praticou o abate das aves de capoeira deve(m) ser indicado(s).							
( <sup>5</sup> )	Apenas para países a partir dos quais seja autorizada a importação, para a União Europeia, de carne de caça destinada ao consumo humano, da mesma espécie animal.							
_	A assinatura e o carimbo devem ser o	le cor d	iferente da dos carateres impres	sos.				
NB	<b>NB:</b> Nota para a pessoa responsável pela remessa na UE: o presente certificado só é válido para fins veterinários e deve acompanhar a remessa até ao posto de inspeção fronteiriço. A remessa deve ser transportada diretamente para a instalação de fabrico de destino.							
Vet	erinário oficial							
	Nome (em maiúsculas): Cargo e título:							
	Data:		,	Assinatura:				
	Carimbo:							

## PARTE VI

# MODELO DE CERTIFICADO PARA AS IMPORTAÇÕES DE MATÉRIAS-PRIMAS TRATADAS PARA A PRODUÇÃO DE GELATINA/COLAGÉNIO DESTINADOS AO CONSUMO HUMANO

PAÍS	PAÍS:							Certificado veterinário para a UE			
	l.1.	Expedidor Nome					1.2.	N.º de refer certificado	ência do	I.2.a.	
	Endereço I.					I.3. Autoridade central competente					
						1.4.	Autoridade	local compet	ente		
	Tel.										
ida	I.5. Destinatário				1.6.						
pedi		Nome									
sa ex		Endereço									
mes		Código postal									
àre		Tel.									
VOS		1 et.									
Parte I: Detalhes relativos à remessa expedida	1.7.	País de Cóc origem ISO		1.8.	Região de origem	Código	1.9.	País de destino	Código ISO	I.10.	
Detalh											
Parte I:	l.11.	I.11. Local de origem				I.12.					
	Name Número de aprovação										
	Nome Número de aprovação Endereço				illielo de a						
							LIA Data da nastida				
	I.13.	Local de carre	gamer	nto			I.14. Data da partida				
	I.15.	Meios de trans	sporte				I.16. PIF de entrada na UE				
		Avião □ N	lavio ⊑	] \	/agão ferro	oviário 🛘	1.17.				
		Veículo rodovi	ário 🛘	Ιοι	ıtro 🗆						
		Identificação									
	Referência documental										
	I.18.	I.18. Descrição da mercadoria							I.19. Códig	o do produto (Cód	igo SH)
										I.20. Quantidade	Э
	121	Temperatura d	dos pro	dutos						I.22. Número de	
	1.41.	Ambiente	200 PIO		De refri	geração 🏻		De congela	ção 🗆	embalagen	
I.23. N.º do selo/do conter										I.24. Tipo de embalagen	า

1.25.	25. Mercadorias certificadas para:							
	Produção de gelatina / colagénio para consumo humano □							
1.26.				I.27. Para in	nportação ou admis	são na UE 🔲		
1.28.	Identificação das m	nercadorias						
(0	Espécie designação científica)	Natureza do produto	Númei aprovaç estabelec Instalação	ão dos imentos	Número de embalagens	Peso líquido		

N.º de referência do certificado II.b.

# PAÍS

II.

Parte II: Certificação

Informações sanitárias

II.a.

# Modelo TCG Matérias-primas tratadas para a produção de gelatina e colagénio

".	mormayo	es samilarias	ıı.a.	IV. GO TOTOTO	ricia do certificado	11.0.				
II.1.	Atestado	o de saúde pública								
	O abaixo requisito:		as mai	térias-primas	tratadas acima de	scritas cumprem os seguintes				
		<ul> <li>provêm de estabelecimentos sob o controlo da autoridade competente e que constam de uma lista por ela elaborada</li> </ul>								
	е	е								
	de	— (¹) [os ossos, os couros e as peles de ruminantes domésticos e de criação, de suínos e de aves de capoeira acima descritos são derivados de animais que foram abatidos num matadouro e cujas carcaças, na sequência de uma inspeção ante mortem e post mortem, foram consideradas próprias para o consumo humano,]								
	(1)	e/quer								
	ca	<ul> <li>— [os couros, as peles e os ossos acima descritos são derivados de animais abatidos cujas carcaças, na sequência da inspeção post mortem, foram consideradas próprias para o consumo humano,]</li> </ul>								
	(1) e/que	r								
	<ul> <li>— [as peles e espinhas de peixes acima descritas provêm de fábricas de produtos da peso destinados ao consumo humano autorizadas a exportar,]</li> </ul>									
4.	e									
(1) quer	er [são constituídas por ossos secos provenientes de bovinos, ovinos, caprinos, suínos e equídi incluindo animais de criação e selvagens, aves de capoeira, incluindo ratites e aves de caça pa produção de colagénio ou gelatina, são derivadas de animais saudáveis abatidos num matadou foram tratadas do seguinte modo:									
	(¹) quer	temperatura mínima de 15 minutos ou de 90° lavadas e secas dura	70° C C dura nte pel , no m	durante pelo ante pelo mer o menos 20 ínimo, 350° (	menos 30 minutos nos 10 minutos, se minutos numa co C, ou durante 15	das com água quente a uma , de 80° C durante pelo menos paradas e subsequentemente rrente de ar quente com uma minutos numa corrente de ar				
	(¹) quer	[secas ao sol por um p 20° C.]	eríodo	mínimo de 42	2 dias a uma temp	eratura média de, pelo menos,				
	(¹) quer	[submetidas a tratame de 6 durante pelo men				o centro seja mantido a menos				
(¹) quer		stituídas por couros e p ou couros e peles de ca				de suínos, peles de aves de saudáveis e:				
	(¹) quer	[foram submetidas a to salga durante pelo me			ue assegura um p	H > 12 no centro, seguido de				
	(¹) quer	[foram secas por um p	eríodo	mínimo de 42	dias a uma tempe	ratura de pelo menos 20° C.]				
	(¹) quer	[foram submetidas a u no centro durante pelo			cido que assegura	pelo menos um pH inferior a 5				
	(¹) quer	[foram submetidas a upelo menos 8 horas.]]	ım trata	amento alcalir	no que assegura ι	m pH > 12 no centro durante				
(¹) quer	[são constituídas por ossos, couros ou peles de ruminantes de criação, peles de suínos, peles de aves de capoeira, peles de peixes e couros e peles de caça selvagem provenientes de países terceiros, partes de países terceiros e territórios referidos no anexo I, parte IV, do presente regulamento, que foram submetidos a qualquer outro tratamento além dos enumerado acima e que provêm de estabelecimentos registados ou aprovados nos termos do Regulamento (CE) n.º 852/2004 ou em conformidade com o Regulamento (CE) n.º 853/2004,									
	е									
	(1) [se for	rem de origem ruminante	e, excet	o no que se r	efere aos couros e	peles de ruminantes,				

#### Modelo TCG Matérias-primas tratadas para a produção de gelatina e colagénio

II.	Informações sanitárias	II.a.	N.º de referência do certificado	II.b.
-----	------------------------	-------	----------------------------------	-------

#### (1) quer:

- [provêm de um país ou região classificado, em conformidade com o artigo 5.º, n.º 2, do Regulamento (CE) n.º 999/2001, como país ou região apresentando um risco negligenciável de EEB.
- os animais de que derivam as matérias-primas tratadas de origem bovina, ovina e caprina nasceram, foram permanentemente criados e foram abatidos no país com um risco negligenciável de EEB e foram submetidos a inspeções ante mortem e post mortem,
- se se tiverem registado casos nativos de EEB no país ou na região:
  - i) os animais nasceram após a data de entrada em vigor da proibição de alimentar ruminantes com farinhas de carne e de ossos e com torresmos derivados de ruminantes, ou
  - ii) as matérias-primas tratadas de origem bovina, ovina e caprina não contêm nem são derivadas de matérias de risco especificadas definidas no anexo V do Regulamento (CE) n.º 999/2001 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 22 de maio de 2001, que estabelece regras para a prevenção, o controlo e a erradicação de determinadas encefalopatias espongiformes transmissíveis (JO L 147 de 31.5.2001, p. 1) nem de carne separada mecanicamente obtida a partir de ossos de bovinos, ovinos ou caprinos.]

#### (1) quer.

- [provêm de um país ou região classificado, em conformidade com o artigo 5.º, n.º 2, do Regulamento (CE) n.º 999/2001, como país ou região apresentando um risco controlado de EEB,
- os animais de que derivam as matérias-primas tratadas de origem bovina, ovina e caprina foram submetidos a inspeções ante mortem e post mortem,
- os animais de que derivam as matérias-primas tratadas de origem bovina, ovina e caprina destinadas a exportação não foram abatidos após atordoamento através da injeção de gás na cavidade craniana, nem mortos pelo mesmo método, e não foram abatidos por laceração do tecido do sistema nervoso central, após atordoamento, através de um instrumento comprido de forma cilíndrica introduzido na cavidade craniana,
- as matériasprimas tratadas de origem bovina, ovina e caprina não contêm e não derivam de matérias de risco especificadas, tal como definidas no anexo V do Regulamento (CE) n.º 999/2001, nem de carne separada mecanicamente obtida a partir de ossos de bovinos, ovinos ou caprinos.]

#### (1) quer

- [provêm de um país ou região classificado, em conformidade com o artigo 5.º, n.º 2, do Regulamento (CE) n.º 999/2001, como país ou região apresentando um risco negligenciável de EEB.
- os animais de que provêm as matérias-primas tratadas de origem bovina, ovina e caprina foram submetidos a inspeções ante mortem e post mortem,
- as matérias-primas tratadas de origem bovina, ovina e caprina destinadas a exportação são derivadas de animais nascidos, criados continuamente e abatidos num país ou região com um risco negligenciável de EEB, em conformidade com o artigo 5.º, n.º 2, do Regulamento (CE) n.º 999/2001, e, se se tiverem registado casos nativos de EEB no país ou na região, nascidos após a data de entrada em vigor da proibição de alimentar ruminantes com farinhas de carne e de ossos e com torresmos derivados de ruminantes, e de animais nascidos num país ou região classificado, em conformidade com o artigo 5.º, n.º 2, do Regulamento (CE) n.º 999/2001, como país ou região apresentando um risco controlado de EEB, e que não foram abatidos após atordoamento através da injeção de gás na cavidade craniana, nem mortos pelo mesmo método, e não foram abatidos por laceração, após atordoamento, do tecido do sistema nervoso central através de um instrumento comprido de forma cilíndrica introduzido na cavidade craniana,

#### Modelo TCG Matérias-primas tratadas para a produção de gelatina e colagénio

II.	Informações sanitárias	II.a.	N.º de referência do certificado	II.b.
-----	------------------------	-------	----------------------------------	-------

 as matériasprimas tratadas de origem bovina, ovina e caprina não contêm e não derivam de matérias de risco especificadas, tal como definidas no anexo V do Regulamento (CE) n.º 999/2001, nem de carne separada mecanicamente obtida a partir de ossos de bovinos, ovinos ou caprinos.]

#### (1) quei

- [provêm de um país ou região classificado, em conformidade com o artigo 5.º, n.º 2, do Regulamento (CE) n.º 999/2001, como país ou região apresentando um risco indeterminado de EEB,
- os animais de que derivam as matérias-primas tratadas de origem bovina, ovina ou caprina não foram alimentados com farinhas de carne e de ossos nem com torresmos derivados de ruminantes e foram submetidos a inspeções ante mortem e post mortem,
- os animais de que derivam as matérias-primas tratadas de origem bovina, ovina ou caprina não foram abatidos após atordoamento através da injeção de gás na cavidade craniana, nem mortos pelo mesmo método, e não foram abatidos por laceração do tecido do sistema nervoso central, após atordoamento, através de um instrumento comprido de forma cilíndrica introduzido na cavidade craniana.
- as matérias-primas tratadas de origem bovina, ovina e caprina não derivam de:
  - i) matérias de risco especificadas, tal como definidas no anexo V do Regulamento (CE) n.º 999/2001.
  - ii) tecido nervoso e linfático exposto durante o processo de desossa,
  - iii) carne separada mecanicamente obtida a partir de ossos de bovinos, ovinos ou caprinos.]]]

#### (1)[II.2. Atestado de saúde animal

O abaixo assinado, veterinário oficial, certifica que as matérias-primas tratadas acima descritas:

- II.2.1. consistem em produtos animais que satisfazem os requisitos de saúde animal infra;
- II.2.3. foram obtidas e preparadas sem que tenham estado em contacto com outras matérias não conformes com as condições exigidas supra e foram manuseadas de modo a evitar a contaminação por agentes patogénicos;
- II.2.4. foram transportadas em contentores ou camiões limpos e selados.]

#### Notas

#### Parte I:

- Casa I.8: Indicar o código do território tal como consta do anexo II da Decisão 2006/766/CE da Comissão, de 6 novembro 2006, que estabelece as listas de países terceiros e territórios a partir dos quais são autorizadas as importações de moluscos bivalves, equinodermes, tunicados, gastrópodes marinhos e produtos da pesca (JO L 320 de 18.11.2006, p. 53) ou do anexo I, parte 1, do Regulamento (CE) n.º 798/2008 da Comissão, de 8 de agosto de 2008, que estabelece a lista de países terceiros, territórios, zonas ou compartimentos a partir dos quais são autorizados a importação e o trânsito na Comunidade de aves de capoeira e de produtos à base de aves de capoeira, bem como as exigências de certificação veterinária aplicáveis (JO L 226 de 23.8.2008, p. 1) ou do anexo I, parte 1, do Regulamento (CE) n.º 119/2009 da Comissão, de 9 de fevereiro de 2009, que estabelece uma lista de países terceiros ou partes de países terceiros a partir dos quais se autorizam as importações e o trânsito na Comunidade de carne de leporídeos selvagens, de certos mamíferos terrestres selvagens e de coelhos de criação, bem como os requisitos de certificação veterinária aplicáveis (JO L 39 de 10.2.2009, p. 12) ou do anexo II, parte 1, do Regulamento (UE) n.º 206/2010 da Comissão, de 12 de março de 2010, que estabelece as listas de países terceiros, territórios ou partes destes autorizados a introduzir na União Europeia determinados animais e carne fresca, bem como os requisitos de certificação veterinária (JO L 73 de 20.3.2010, p. 1).
- Casa I.11: Local de origem: nome e endereço do estabelecimento de expedição e número de aprovação ou número de identificação da autoridade competente, conforme adequado.
- Casa I.15: Número de registo/matrícula (carruagens ferroviárias ou contentores e camiões), número do voo (avião) ou nome (navio). Devem ser fornecidas informações separadas em caso de descarregamento e recarregamento.

#### Modelo TCG Matérias-primas tratadas para a produção de gelatina e colagénio

II.	Informações sanitárias	II.a.	N.º de referência do certificado	II.b.			
_	- Casa I.19: utilizar o código do Sistema Harmonizado (SH) adequado, nas seguintes rubricas: 03.05, 05.05, 05.06, 05.11.91, 05.11.99, 41.01, 41.02, 41.03.						
_	Casa I.20: Indicar o peso bruto total e	o peso	líquido total.				
_	Casa I.23: Identificação do contentor/	Número	do selo: só se aplicável.				
_	Casa I.28: Natureza da i	mercado	ria: couros, peles, ossos, tendões	e nervos.			
	Número de aprovação dos estabelecimentos: Número de aprovação ou número de identificação da autoridade competente, conforme adequado.						
	Instalação de fabrico: inclui matadouro, navio-fábrica, instalação de desmancha estabelecimento de manuseamento de caça e unidade de transformação.						
	Número de a <sub>l</sub>	orovação	o: sempre que aplicável.				
Par	te II:						
( <sup>1</sup> )	Riscar o que não interessa. No caso de produtos derivados de produtos da pesca, toda a secção II.2 deve ser suprimida.						
(2)	O nome e o número de código ISO do país ou território ou zona de exportação, tal como estabelecido:						
	<ul> <li>no anexo II, parte 1, do Regulamento (UE) n.º 206/2010.</li> </ul>						
	<ul><li>no anexo I do Regulamento (CE) n.º 798/2008;</li></ul>						
	— no anexo II, parte 1, do Regular	nento (C	E) n.º 119/2009.				
(3)	Se partes das matérias forem derivadas de animais com origem noutro(s) país(es) terceiro(s) enumerado(s no anexo I do Regulamento de Execução (UE) 2016/759 da Comissão, de 28 de abril de 2016, que estabelece listas de países terceiros, partes de países terceiros e territórios a partir dos quais os Estados-Membros devem autorizar a introdução na União de determinados produtos de origem anima destinados ao consumo humano, define requisitos relativos aos certificados, altera o Regulamento (CE n.º 2074/2005 e revoga a Decisão 2003/812/CE (JO L 126 de 14.5.2016, p. 13), o(s) código(s) do(s) país(es ou do(s) território(s) deve(m) ser indicado(s).						
_	A assinatura e o carimbo devem ser o	le cor di	ferente da dos carateres impresso	S.			
NB	3 Nota para a pessoa responsável pela remessa na UE: o presente certificado só é válido para fins veterinários e deve acompanhar a remessa até ao posto de inspeção fronteiriço. A remessa deve ser transportada diretamente para a instalação de fabrico de destino.						
_	O tempo de transporte pode ser incluí	do na di	uração do tratamento.				
Vet	Veterinário oficial						
	Nome (em maiúsculas):		(	Cargo e título:			
	Data:			Assinatura:			
	Carimbo:						

#### PARTE VII

# MODELO DE CERTIFICADO PARA AS IMPORTAÇÕES DE MEL, GELEIA REAL E OUTROS PRODUTOS DA APICULTURA DESTINADOS AO CONSUMO HUMANO

PAÍS	S:		Certifica	ado veterinário para a UE	
	l.1.	Expedidor Nome	I.2. N.º de referência do certificado	1.2.a.	
		Endereço	I.3. Autoridade central competente		
	Tel.		I.4. Autoridade local competente		
a expedida	1.5.	Destinatário Nome Endereço	1.6.		
os à remess		Código postal Tel.			
Parte I: Detalhes relativos à remessa expedida	1.7.	País de Código ISO I.8. origem	I.9. País de destino Códig	o ISO 1.10.	
Parte I: Do	l.11.	Local de origem	1.12.		
		Nome Número de aprovação Endereço			
	I.13.	Local de carregamento	I.14. Data da partida		
	I.15.	Meios de transporte	I.16. PIF de entrada na UE		
		Avião ☐ Navio ☐ Vagão ferroviário ☐			
		Veículo rodoviário ☐ Outro ☐ Identificação	1.17.		
		Referência documental			
	I.18.	Descrição da mercadoria	I.19. Códig	go do produto (Código SH)	
				I.20. Quantidade	
	I.21.	Temperatura dos produtos  Ambiente ☐ De refrigeração ☐	De congelação □	I.22. Número de embalagens	
	1.23.	N.º do selo/do contentor		I.24. Tipo de embalagem	

# **▼**<u>B</u>

I.25. Mercadorias certificadas para:						
Consumo humai	по 🗆					
1.26.			I.27. Para	importação ou admiss	são na UE 🔲	
I.28. Identificação das	s mercadorias					
Espécie (designação científica)	Tipo de tratamento	Núme aprovaç estabelec Instalação	ão dos cimentos	Número de embalagens	Peso líquido	

Parte II: Certificação

#### Modelo HON Mel, geleia real e outros produtos da apicultura

II.	Informações sanitárias	II.a.	N.º de referência do certificado	II.b.
II.1.	Atestado de saúde pública			
	O abaixo assinado declara conhe	ecer as	disposições pertinentes do Regula	amento (CE) n.º 178/2002 do

O abaixo assinado declara conhecer as disposições pertinentes do Regulamento (CE) n.º 178/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 28 de janeiro de 2002, que determina os princípios e normas gerais da legislação alimentar, cria a Autoridade Europeia para a Segurança dos Alimentos e estabelece procedimentos em matéria de segurança dos géneros alimentícios (JO L 31 de 1.2.2002, p. 1), do Regulamento (CE) n.º 852/2004 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 29 de abril de 2004, relativo à higiene dos géneros alimentícios (JO L 139 de 30.4.2004, p. 1) e do Regulamento (CE) n.º 853/2004 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 29 de abril de 2004, que estabelece regras específicas de higiene aplicáveis aos géneros alimentícios de origem animal (JO L 139 de 30.4.2004, p. 55), e certifica que o mel, a geleia real e os outros produtos da apicultura acima descritos foram produzidos em conformidade com esses requisitos, em especial que:

- provêm de estabelecimentos que aplicam um programa baseado nos princípios HACCP em conformidade com o Regulamento (CE) n.º 852/2004,
- foram manuseados e, quando adequado, preparados, embalados e armazenados de forma higiénica, em conformidade com os requisitos previstos no anexo II do Regulamento (CE) n.º 852/2004,

6

— são cumpridas as garantias que abrangem os animais vivos e produtos deles derivados previstas nos planos de controlo de resíduos apresentados em conformidade com a Diretiva 96/23/CE do Conselho, de 29 de abril de 1996, relativa às medidas de controlo a aplicar a certas substâncias e aos seus resíduos nos animais vivos e respetivos produtos e que revoga as Diretivas 85/358/CEE e 86/469/CEE e as Decisões 89/187/CEE e 91/664/CEE (JO L 125 de 23.5.1996, p. 10), nomeadamente o artigo 29.°.

#### Notas

#### Parte I:

- Casa I.11: Local de origem: nome e endereço do estabelecimento de expedição. O número de aprovação corresponde ao número de registo.
- Casa I.15: Número de registo/matrícula (carruagens ferroviárias ou contentores e camiões), número do voo (avião) ou nome (navio). Devem ser fornecidas informações separadas em caso de descarregamento e recarregamento.
- Casa I.19: utilizar o código do Sistema Harmonizado (SH) adequado, nas seguintes rubricas: 04.09, 04.10.
- Casa I.20: Indicar o peso bruto total e o peso líquido total.
- Casa I.23: Identificação do contentor/Número do selo: só se aplicável.
- Casa I.28: Tipo de tratamento: indicar «ultrassons», «homogeneização», ultrafiltração», «pasteurização», «nenhum tratamento térmico».

Número de aprovação dos estabelecimentos: número de aprovação ou número de identificação da autoridade competente, conforme adequado.

#### Parte II:

O carimbo e a assinatura devem ser de uma cor diferente da utilizada nas outras menções do certificado.

Inspetor oficial	
Nome (em maiúsculas):	Cargo e título:
Data:	Assinatura:
Carimbo:	

#### PARTE VIII

MODELO DE CERTIFICADO PARA AS IMPORTAÇÕES DE SULFATO DE CONDROITINA, ÁCIDO HIALURÓNICO, OUTROS PRODUTOS CARTILAGINOSOS HIDROLISADOS, QUITOSANO, GLUCOSAMINA, COALHO, ICTIOCOLA E AMINOÁCIDOS ALTAMENTE REFINADOS DESTINADOS AO CONSUMO HUMANO

PAÍS	<b>S</b> :		Certificado veterinário para a UE		
	l.1.	Expedidor Nome	I.2. N.º de referência do certificado	1.2.a.	
		Endereço	I.3. Autoridade central competente  I.4. Autoridade local competente		
		Tel.			
expedida	1.5.	Destinatário Nome Endereço	1.6.		
os à remessa		Código postal Tel.			
Parte I: Detalhes relativos à remessa expedida	1.7.	País de Código ISO I.8. origem	I.9. País de destino Código	o ISO 1.10.	
Parte I: D	l.11.	Local de origem	1.12.		
Ã		Nome Número de aprovação Endereço			
	I.13.	Local de carregamento	I.14. Data da partida		
	I.15.	Meios de transporte	I.16. PIF de entrada na UE		
		Avião ☐ Navio ☐ Vagão ferroviário ☐			
		Veículo rodoviário ☐ Outro ☐ Identificação	1.17.		
	Referência documental				
	I.18.	Descrição da mercadoria	I.19. Códig	o do produto (Código SH)	
				I.20. Quantidade	
	I.21.	Temperatura dos produtos  Ambiente ☐ De refrigeração ☐	De congelação □	I.22. Número de embalagens	
	I.23.	N.º do selo/do contentor		I.24. Tipo de embalagem	

# **▼**<u>B</u>

I.25. Mercadorias certificadas para:						
Consumo huma	ano 🗆					
I.26.			I.27. Para ir	mportação ou admiss	são na UE 🔲	
I.28. Identificação da	as mercadorias					
Espécie	Date de produção	Núme aprovaç	ão dos	Número de	Daga Kawida	
(designação científica)	(dd/mm/aaaa)	estabeleo Instalação		embalagens	Peso líquido	

Modelo HRP Sulfato de condroitina, ácido hialurónico, outros produtos cartilaginosos hidrolisados, quitosano, glucosamina, coalho, ictiocola e aminoácidos altamente refinados destinados ao consumo humano

II. Informações sanitárias II.a. N.º de referência do certificado II.b.

#### II.1. Atestado de saúde pública

O abaixo assinado declara conhecer as disposições pertinentes do Regulamento (CE) n.º 178/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 28 de janeiro de 2002, que determina os princípios e normas gerais da legislação alimentar, cria a Autoridade Europeia para a Segurança dos Alimentos e estabelece procedimentos em matéria de segurança dos géneros alimentícios (JO L 31 de 1.2.2002, p. 1), do Regulamento (CE) n.º 852/2004 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 29 de abril de 2004, relativo à higiene dos géneros alimentícios (JO L 139 de 30.4.2004, p. 1) e do Regulamento (CE) n.º 853/2004 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 29 de abril de 2004, que estabelece regras específicas de higiene aplicáveis aos géneros alimentícios de origem animal (JO L 139 de 30.4.2004, p. 55), e certifica que os produtos altamente refinados acima escritos foram produzidos em conformidade com esses requisitos, em especial que:

- provêm de um ou mais estabelecimentos que aplicam um programa baseado nos princípios HACCP em conformidade com o Regulamento (CE) n.º 852/2004,
- foram manuseados e, quando adequado, preparados, embalados e armazenados de forma higiénica, em conformidade com os requisitos previstos no anexo II do Regulamento (CE) n.º 852/2004,
- cumprem os requisitos do anexo III, secção XVI, do Regulamento (CE) n.º 853/2004,

е

- (¹) [no caso dos aminoácidos,
  - i) não foi utilizado cabelo humano como fonte para o seu fabrico, e
  - ii) estão em conformidade com o Regulamento (CE) n.º 1333/2008 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de dezembro de 2008, relativo aos aditivos alimentares (JO L 354 de 31.12.2008, p. 16)].

#### **Notas**

#### Parte I:

- Casa I.11: Local de origem: nome e endereço do estabelecimento de expedição.
- Casa I.15: Número de registo/matrícula (carruagens ferroviárias ou contentores e camiões), número do voo (avião) ou nome (navio). Devem ser fornecidas informações separadas em caso de descarregamento e recarregamento.
- Casa I.19: Utilizar o código do Sistema Harmonizado (SH) adequado, nas seguintes rubricas: 21.06.90, 29.22, 29.30, 29.32, 35.07, 35.03 ou 39.13.
- Casa I.20: Indicar o peso bruto total e o peso líquido total.
- Casa I.23: Identificação do contentor/Número do selo: só se aplicável.

#### Parte II:

- (1) Riscar o que não interessa.
- O carimbo e a assinatura devem ser de uma cor diferente da utilizada nas outras menções do certificado.

Veterinário oficial	Nome (em maiúsculas):
Cargo e título:	
Data:	Assinatura:
Carimbo:	

# Parte II: Certificação

#### ANEXO III

MODELO DE CERTIFICADO PARA O TRÂNSITO ATRAVÉS DA UNIÃO, TRÂNSITO IMEDIATO OU APÓS ARMAZENAMENTO DE MATÉRIAS-PRIMAS OU MATÉRIAS-PRIMAS TRATADAS PARA A PRODUÇÃO DE GELATINA/COLAGÉNIO DESTINADOS AO CONSUMO HUMANO

PAÍS	ÍS:								Certifica	ado veterinário para a UE
	l.1.	Expedido Nome	or				1.2.	N.º de refer certificado	ência do	1.2.a.
		Endereç	0				I.3. Autoridade central competente			
		Tel.					1.4.	Autoridade	local compete	ente
a expedida	1.5.	Nome Endereço					Pessoa responsável pela remessa na UE     Nome     Endereço			a remessa na UE
remes		Código postal Tel.					Código pos Telef.	tal		
Parte I: Detalhes relativos à remessa expedida	1.7.	País de origem	Código ISO	1.8.	Região de origem	Código	1.9.	País de destino	Código ISO	1.10.
Detall	l.11.	11. Local de origem  Nome  Endereço				I.12.	Local de de	estino	V	
Parte I:						Entreposto aduaneiro ☐ Fornecedor de navios ☐			Fornecedor de navios 🗆	
	-							Nome Endereço		Número de aprovação
								Código pos	tal	
	I.13.	Local de	carregame	nto			1.14.	I.14. Data da partida		
	I.15.	Meios de	e transporte				I.16.	PIF de entra	ada na UE	
		Avião 🗖	_		agão ferrov	iário 🛚				
	Veículo rodoviário ☐ Outro ☐ Identificação Referência documental		l.17.							
	I.18.	Descriçã	o da merca	doria					I.19. Códig	o do produto (Código SH)
										I.20. Quantidade
	I.21.	Tempera	atura dos pr	odutos		geração 🛘		De congela	ção 🗆	I.22. Número de embalagens
	1.23.	N.º do se	elo/do conte	ntor						I.24. Tipo de embalagem

# **▼**<u>B</u>

1.25.	. Mercadorias certificadas para:						
	Produção de gelatina / colagénio para consumo humano □						
I.26.	Para trânsito através da terceiro	ı UE para um país	1.27.				
	País terceiro Código ISO	)					
1.28.	Identificação das merca	dorias					
(de	Espécie signação científica)	Instalação de fabrico	Número de embalagens	Peso líquido			

Parte II: Certificação

#### Modelo TRÂNSITO/ARMAZENAMENTO

II. Informações sanitárias II.a.	Número de referência do certificado	II.b.
----------------------------------	--	-------

#### II.1. Atestado de saúde animal

O abaixo assinado, veterinário oficial, certifica que as matérias-primas ou as matérias-primas tratadas descritas na parte I:

- II.1.1. são provenientes de um país ou região autorizado para importação para a UE, tal como previsto no anexo I, parte 1, do Regulamento (CE) n.º 798/2008 da Comissão, de 8 de agosto de 2008, que estabelece a lista de países terceiros, territórios, zonas ou compartimentos a partir dos quais são autorizados a importação e o trânsito na Comunidade de aves de capoeira e de produtos à base de aves de capoeira, bem como as exigências de certificação veterinária aplicáveis (JO L 226 de 23.8.2008, p. 1) ou no Regulamento (CE) n.º 119/2009 da Comissão, de 9 de fevereiro de 2009, que estabelece uma lista de países terceiros ou partes de países terceiros a partir dos quais se autorizam as importações e o trânsito na Comunidade de carne de leporídeos selvagens, de certos mamíferos terrestres selvagens e de coelhos de criação, bem como os requisitos de certificação veterinária aplicáveis (JO L 39 de 10.2.2009, p. 12) ou no anexo II, parte 1, do Regulamento (UE) n.º 206/2010 da Comissão, de 12 de março de 2010, que estabelece as listas de países terceiros, territórios ou partes destes autorizados a introduzir na União Europeia determinados animais e carne fresca, bem como os requisitos de certificação veterinária (JO L 73 de 20.3.2010, p. 1), e
- II.1.2. satisfazem as condições de saúde animal pertinentes estabelecidas no atestado de saúde animal que figura no modelo de certificado constante do anexo II, parte V ou parte VI, do Regulamento de Execução (UE) 2016/759 da Comissão, de 28 de abril de 2016, que estabelece listas de países terceiros, partes de países terceiros e territórios a partir dos quais os Estados-Membros devem autorizar a introdução na União de determinados produtos de origem animal destinados ao consumo humano, define requisitos relativos aos certificados, altera o Regulamento (CE) n.º 2074/2005 e revoga a Decisão 2003/812/CE (JO L 126 de 14.5.2016, p. 13).

#### Notas

O presente certificado aplica-se ao trânsito e armazenamento, em conformidade com o artigo 12.º, n.º 4, ou com o artigo 13.º da Diretiva 97/78/CE do Conselho, de 18 de dezembro de 1997, que fixa os princípios relativos à organização dos controlos veterinários dos produtos provenientes de países terceiros introduzidos na Comunidade (JO L 24 de 30.1.1998, p. 9), de matérias-primas ou de matérias-primas tratadas para a produção de gelatina/colagénio destinados ao consumo humano provenientes de:

- 1) bovinos domésticos (incluindo as espécies *Bubalus* e *Bison* e respetivos cruzamentos);
- 2) ovinos domésticos (Ovis aries) ou caprinos domésticos (Capra hircus);
- 3) suínos domésticos (Sus scrofa);
- 4) solípedes domésticos (Equus caballus, Equus asinus e respetivos cruzamentos);
- 5) animais não domésticos de criação da ordem Artiodactyla [excluindo bovinos (incluindo Bison e Bubalus e respetivos cruzamentos), Ovis aries, Capra hircus, Suidae e Tayassuidae], e das famílias Rhinocerotidae e Elephantidae;
- 6) animais não domésticos selvagens da ordem Artiodactyla [excluindo bovinos (incluindo Bison e Bubalus e respetivos cruzamentos), Ovis aries, Capra hircus, Suidae e Tayassuidae], e das famílias Rhinocerotidae e Elephantidae;
- 7) animais não domésticos de criação das famílias Suidae, Tayassuidae ou Tapiridae;
- 8) animais não domésticos selvagens das famílias Suidae, Tayassuidae ou Tapiridae;
- 9) solípedes selvagens do subgénero *Hippotigris* (zebras);
- 10) leporídeos selvagens (coelhos e lebres);
- 11) mamíferos terrestres selvagens com exceção de ungulados e leporídeos;
- 12) coelhos de criação:
- 13) aves de capoeira
- 14) ratites de criação;
- 15) caça selvagem;
- 16) peixes

#### Modelo TRÂNSITO/ARMAZENAMENTO

PAIS MODEIO TRANSITO/ARMAZE				
II.	Informações sanitárias	II.a.	Número de referência do certificado	II.b.
Parte I:				
_	Casa I.8: Indicar o código de território tal como consta do anexo II, parte 1, do Regulamento (UE) n.º 206/2010 ou do anexo I, parte 1, do Regulamento (CE) n.º 119/2009 ou do anexo I, parte 1, do Regulamento (CE) n.º 798/2008 ou do anexo II da Decisão 2006/766/CE da Comissão, de 6 de novembro de 2006, que estabelece as listas de países terceiros e territórios a partir dos quais são autorizadas as importações de moluscos bivalves, equinodermes, tunicados, gastrópodes marinhos e produtos da pesca (JO L 320 de 18.11.2006, p. 53).			
_	Casa I.11: Local de origem: nome e endereço do estabelecimento de expedição.			
_	Casa I.12: Incluir o endereço (e número de aprovação, se conhecido) do armazém na zona franca, do armazém franco, do entreposto aduaneiro ou do fornecedor de navios.			
_	Casa I.15: Indicar o número de registo/matrícula (carruagens ferroviárias ou contentores e camiões), número do voo (avião) ou nome (navio). Em caso de descarregamento e recarregamento, o expedidor deve informar o PIF de entrada na UE.			
_	Casa I.19: Utilizar o código do Sistema Harmonizado (SH) adequado, nas seguintes rubricas: 02.08, 03.05, 05.04, 05.05, 05.06, 05.11.91, 05.11.99, 41.01, 41.02, 41.03.			
_	Casa I.20: Indicar o peso bruto total e o peso líquido total.			
_	Casa I.23: No caso de contentores ou caixas, indicar o número do contentor e o número do selo (se for caso disso).			
_	Casa I.28: Instalação de fabrico: indicar o número de registo, o número de aprovação ou o número de identificação do estabelecimento indicado pela autoridade competente, conforme adequado. Inclui matadouro, navio-fábrica, instalação de desmancha, estabelecimento de manuseamento de caça e unidade de transformação.			
Veterinário oficial ou inspetor oficial				
	Nome (em maiúsculas):			Cargo e título:
	Data:			Assinatura:
	Carimbo:			

#### ANEXO IV

# NOTAS EXPLICATIVAS PARA O PREENCHIMENTO DOS CERTIFICADOS

(referidas no artigo 2.º, n.º 1, e no artigo 4.º, n.º 1)

 a) Os certificados são emitidos pelo país terceiro de exportação, com base nos modelos constantes dos anexos II e III, segundo o modelo correspondente aos produtos de origem animal em causa.

Devem conter, na ordem numerada constante do modelo, os atestados que são exigidos a qualquer país terceiro e, se for caso disso, as garantias suplementares exigidas ao país terceiro exportador ou parte deste.

Se o Estado-Membro de destino impuser requisitos adicionais de certificação para os produtos de origem animal em causa, devem ser também incluídos no formulário original do certificado atestados que certificam que esses requisitos são respeitados.

- b) Se o modelo de certificado indicar «riscar o que não interessa» em algumas declarações, estas podem ser riscadas, devendo a pessoa que procede à certificação rubricá-las e carimbá-las, ou ser completamente suprimidas do certificado.
- c) Deve ser apresentado um certificado separado e único para os produtos de origem animal exportados de um território ou territórios ou de uma zona ou zonas do mesmo país de exportação enumerado ou referido no anexo I que são expedidos para o mesmo destino e transportados no mesmo vagão ferroviário, camião, avião ou navio.
- d) O original de cada certificado será constituído por uma única folha, ou, se for necessário mais espaço, por várias folhas que constituam um todo integrado e indivisível.
- e) O certificado será redigido em, pelo menos, uma das línguas oficiais do Estado-Membro do posto de inspeção fronteiriço de entrada da remessa na UE e do Estado-Membro de destino. No entanto, esses Estados-Membros podem autorizar que o certificado seja redigido na língua oficial de outro Estado-Membro e acompanhado, se necessário, de uma tradução oficial.
- f) Se, por razões de identificação dos constituintes da remessa (lista da casa I.28 do modelo de certificado), forem apensas ao certificado folhas suplementares, considerar-se-á que essas folhas fazem parte do original do certificado e deverão ser apostos em cada uma delas a assinatura e o carimbo da pessoa que procede à certificação.
- g) Quando o certificado, incluídas as folhas suplementares referidas na alínea f), tiver mais do que uma página, cada página deve ser numerada — (número da página) de (número total de páginas) — em rodapé e deve conter, no cabeçalho, o número de referência do certificado atribuído pela autoridade competente.
- h) O original do certificado deve ser preenchido e assinado por um veterinário oficial ou por outro inspetor oficial designado, se tal estiver previsto no modelo de certificado. As autoridades competentes do país terceiro de exportação devem assegurar a observância de regras de certificação equivalentes às estabelecidas pela Diretiva 96/93/CE do Conselho (¹).

A assinatura deve ser de cor diferente da dos carateres impressos. O mesmo requisito é aplicável aos carimbos, com exceção dos selos brancos ou das marcas de água.

 O número de referência do certificado referido nas casas I.2 e II.a. deve ser atribuído pela autoridade competente.

<sup>(</sup>¹) Diretiva 96/93/CE do Conselho, de 17 de dezembro de 1996, relativa à certificação dos animais e dos produtos animais (JO L 13 de 16.1.1997, p. 28).